

ESTUDO SOCIOGEOGRÁFICO: UMA ANÁLISE DA REALIDADE SOCIAL DOS DISCENTES DO COLÉGIO PEDRO II - UNIDADE DE SÃO CRISTOVÃO III

Igor Perrut¹
Vitor Scalercio²

RESUMO: O artigo apresenta uma interpretação sociológica dos “marcadores sociais da diferença” que estruturam a realidade social dos discentes cotistas e não cotistas do Colégio Pedro II, *campus* de São Cristóvão III. Além de uma análise comparada das realidades familiares dos alunos segundo a forma de ingresso na instituição, realizamos uma breve discussão sobre teorias sociológicas da estratificação social e estruturas de classe, bem como fazemos apontamentos sobre temáticas do ensino de Sociologia que, identificadas pelo levantamento de dados, aparecem como componentes de grande potencialidade pedagógica. A discussão se baseia na análise de cerca dos 700 questionários aplicados e respondidos pelos discentes da unidade durante os anos de 2017 e 2018, integrando a base de dados resultante do projeto “Mapeando meus Colegas: a cartografia como ferramenta de Análise e Compreensão do Espaço Urbano do Rio de Janeiro” que, coordenado por um dos autores desse artigo no Colégio Pedro II, foi desenvolvido pelo grupo de pesquisa LENpGEO e contou com alunos de iniciação científica para aplicação dos questionários durante as aulas de geografia na unidade.

Palavras chave: Estratificação educacional; Estrutura de classes; Cartografia; Mapeamento Discente

ABSTRACT: This paper presents a sociological interpretation of “social markers of difference” that structure the social reality of quota and non-quota students of the Colégio Pedro II, *campus* São Cristóvão III. In addition to a comparative analysis of the student’s familiar class positions, we conducted a brief discussion of the sociological theories about social stratification and class structures, making notes about some themes of the Sociology school teaching identified as great pedagogical potentiality components. This moot is realized through an analysis of 700 quiz applied with the students during 2017 and 2018, integrating a dataset result of the mapping carried out by the project "Mapping My Colleagues: Mapping as a Tool for Analysis and Understanding of Urban Space in Rio de Janeiro", coordinated by one of this article’s author at Pedro II and developed in the research group LenpGeo with supervised students that applied the quiz on geography class.

Key Words: Educational stratification; Class Structure; Cartography; Student mapping

Introdução

¹ Graduando da Licenciatura em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), de onde é bolsista PIBIC-CNPq pelo Núcleo de Estudos de Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU).

² Professor do Departamento de Geografia do Colégio Pedro II e coordenador do LENpGEO, sediado no campus SCIII. Na instituição leciona no ensino médio e no curso de Especialização de Teorias e Práticas da Geografia Escolar.

O artigo propõe uma interpretação sociológica e uma análise articulada dos “marcadores sociais de diferença” (BRAH, 2006) que foram identificados pelo levantamento realizado pelo projeto “Mapeando meus colegas: a cartografia como ferramenta de análise e compreensão do espaço urbano do Rio de Janeiro”, coordenado pelo professor Vitor Scalercio no Colégio Pedro II³ (CPII), *campus* São Cristóvão III. Como uma das frentes de pesquisa desenvolvidas pelo LENpGEO (Laboratório de Ensino de Geografia e Pensamento espacial), o projeto buscou mapear o local de moradia do corpo discente do campus e levantar geodados, em especial os relacionados aos aspectos socioeconômicos da estrutura familiar dos alunos e das características de seus locais de residência (SCALERCIO e CARDOSO; 2018). Com a participação de alunos de iniciação científica júnior, foram aplicados nos anos letivos de 2017 e 2018 aproximadamente 700 questionários nas mais de 30 turmas de ensino médio da unidade, durante as aulas de geografia. O questionário aplicado é resultado de uma elaboração conjunta dos docentes do grupo de pesquisa, e conta com uma gama de perguntas estruturadas que permitem a identificação também de dados dos responsáveis, como níveis educacionais e profissões, formas de deslocamento até o colégio e alguns aspectos relacionados ao consumo das famílias desses estudantes.

Vale destacar que, diferentemente da maioria das escolas públicas das redes municipais e estaduais, o Colégio Pedro II se diferencia por possuir uma dinâmica para muito além de uma ‘escola de bairro’, sobretudo no que diz respeito a sua capacidade de atração do corpo discente. Assim sendo, não é apenas facilmente notado que os *campi* são compostos por alunos residentes de diversos lugares da metrópole, mas também que o corpo discente que o compõe é extremamente diverso sob vários aspectos (SCALERCIO e CARDOSO, 2018), tais como local de moradia e condições socioeconômicas dos bairros e das famílias. A pesquisa também tem apontado para o fato de que o complexo de São Cristóvão (composto por três *campi*, que oferecem todo o ensino básico) é um dos com maior capacidade de atração de alunos pela cidade do Rio de Janeiro e Região Metropolitana, em que certamente sua localização central e o grande número de vagas são fatores que contribuem para essa característica.

O campus SCIII conta com aproximadamente 1.100 alunos matriculados. Até o presente momento, o projeto conseguiu aplicar e obter respostas de pouco mais de 700 discentes, e a não

³ O Colégio Pedro II integra a rede federal de Institutos Federais de Educação e possui aproximadamente 12.716 discentes que estudam nos quatorze *campi* localizados majoritariamente na cidade do Rio de Janeiro, além de Duque de Caxias e Niterói (ambos municípios integrantes da Região Metropolitana). Assim, somente na capital fluminense, há doze unidades escolares espalhadas em todas as regiões da cidade, Centro, Zona Sul, Zona Norte e Zona Oeste. Atualmente, a atividade de ensino no CPII perpassa todos os segmentos da educação básica. O *campus* São Cristóvão III possui apenas turmas do ensino médio e está localizado num bairro da região central da capital.

completude do total de respostas se deu por diversos fatores como ausência do aluno, dificuldade de aplicação nos horários disponíveis das turmas e a anulação de alguns questionários devido ao preenchimento incompleto. Entretanto, frisamos que o número obtido de questionários respondidos já é extremamente satisfatório e muito se aproxima do universo total dos alunos da instituição.

Buscamos aqui aliar a potência da geografia, enquanto campo do conhecimento responsável por localizar e explicar os fenômenos através da ordem espacial (GOMES, 1997), ao tratamento propriamente sociológico que pensa a escola e a escolarização em conjunto às desigualdades sociais – de classe, sexo e raça, nomeadamente (VARGAS, 2009; DUBET *et al*, 2010), as investigando enquanto “marcadores sociais da diferença” que estruturam instituições familiares, a realidade social e as trajetórias de vida dos alunos (GRUSKY, 2008). Sabendo-se da possibilidade destes marcadores possuírem algum vetor de influência nos desempenhos escolares⁴ (COLEMAN *et al*, 1966), temos como principais objetivos deste trabalho tanto compreender a centralidade geográfica do colégio e a disposição geográfica segundo os perfis de renda dos alunos, como também alçar uma discussão que compreenda a forma como estão instituídas as unidades familiares dos alunos, nas suas afinidades e carências próprias de classe (MACEDO; 1979) e em que tipos de entrecruzamento entre raça, gênero e classe, ocupação e nível de escolaridade nelas são observados a partir da análise dos questionários, querendo compreender em que medida o público cotista difere do não cotista para além do recorte meramente econômico.

Se existem muitos trabalhos dentro do escopo da Sociologia que tem dado atenção à relação entre posição de classe e escolarização (SALM, 1980; FRIGOTTO, 1995; SOARES *et al*, 2012; TAVARES JUNIOR, 2015), bem como trabalhos que buscam a compreensão dos fatores que levam a exclusão escolar (TAVARES JUNIOR, 2012) e a identificação dos elementos que contribuem para melhores condições de escolarização (SOARES, 2007), nosso intuito aqui é diferente, ainda que baseado em algumas premissas compartilhadas. Como não temos acesso aos níveis de proficiência dos alunos investigados e também não espelhamos nossos resultados em padrões de desempenho nacionais (BEATON e ALLEN, 1992; CIZEK, 2001), buscamos somente uma análise circunscrita ao corpo discente desse *campus* do CPII,

⁴ Segundo os dados divulgados pelo Saeb (Sistema nacional de Avaliação da Educação Básica) que analisou os índices educacionais dos anos de 2005 à 2013, assim como as análises que correlacionam o questionário respondido no Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) com os resultados desses alunos nas provas de 2007 à 2013, destaca-se a existência do “Fator NSE” : Quanto maior o nível socioeconômico a que pertence o aluno, melhores seus resultados em nível de aprendizado de leitura e matemática (Ver UNESCO, 2017).

compreendendo em que medida o público cotista difere do não cotista em suas composições familiares e buscando identificar como os marcadores sociais acima mencionados mensuram e impactam de formas diferentes a realidade social do alunado. Inclusive, é da pretensão deste trabalho traduzir estes resultados indicando as potencialidades do ensino de Sociologia no colégio, segundo o panorama identificado.

Esses aspectos, longe de serem circunscritos em demasia, podem ser apropriados e compreendidos pela comunidade escolar (FONTANIVE; 2013) de forma a contribuir não para uma análise generalista da escola brasileira (ALVES e FRANCO, 2008), mas sim para uma análise atenta aos alunos, pensada em suas atuações e carências próprias segundo a junção que estes marcadores sociais da diferença apresentam em suas vidas. A associação entre classe e outros elementos que ordenam as desigualdades sociais (ANDERSEN, COLLINS; 2009) nos indicam diferentes realidades de vida familiar e, em nosso caso, nos permitem perceber condições diferenciadas de atuação na escola e fora dela (FORQUIN, 1995).

Para que a análise pudesse ser realizada, os resultados obtidos pela aplicação dos questionários foram tabulados e agrupados numa planilha (base de dados) da qual realizamos um recorte que distinguia os alunos pela sua forma de acesso, analisando-os separadamente. Metodologicamente, o nosso ponto de partida se encontra no Nível Socioeconômico - NSE (ALVEZ, SOARES e XAVIER; 2014) previamente distinguido pela resposta do aluno quanto a ser ou não cotista, estabelecendo depois estes dois recortes na amostragem dos 628 alunos respondentes do questionário: um que analisa as respostas dos alunos não cotistas (518 células) e outro que analisa a resposta dos alunos cotistas (108 células). Realizamos uma análise comparativa entre estes respeitando a diferença amostral entre ambos (são amostras independentes) e extraíndo de cada uma proporção numérica idêntica para teste paramétrico.

Após ter identificado as distribuições de posições sociais dos alunos na e pela escola (diferenciações entre alunos pela cota), partimos para uma análise de alguns aspectos das estruturas familiares - as biografias de classe observadas pelos relatos dos alunos (COSTA *et al.*, 1990), desenhando uma análise comparada dos indicadores socioprofissionais e dos indicadores socioeducacionais agrupados nas respostas do questionário (COSTA, 1998, p.68). Selecionamos também algumas variáveis discretas - como o número de pessoas em casa, quartos e automóveis; e outras variáveis nominais - aspectos negativos do bairro, local de moradia, profissão dos pais, definição dos responsáveis principais e responsáveis secundários, entre outros.

A classe social dos discentes da escola e o que se quer dizer com isso

De antemão, classe social será utilizada aqui como instrumento sociológico de análise da realidade social que pontua as interligações entre identidade de classe e condições propriamente econômicas. É, assim, importante pensar a classe como aspecto não somente delimitado pela renda (NERI; 2008), utilizando-se este conceito como uma junção entre recompensas materiais e recompensas simbólicas (SCALON; 1999). Para além da visão institucional, que pauta uma política de cotas baseada estritamente num recorte por renda, nossa análise busca compreender outros aspectos da classe dos alunos, tais como a posição de mercado dos responsáveis - renda, qualificação e prestígio das profissões; e pela posição de classe – emprego e nível socioeconômico dos familiares (GOLDTHORPE; 2000). Dessa forma, a cota passa a ser objeto de uma análise que utiliza desse recorte por renda para compreender arranjos sociais mais amplos que delimitam as percepções de mundo das quais os alunos fazem parte, sem estar restrita somente a condição financeira.

Nesse sentido, avaliamos a estruturação das classes que são distinguidas pela política de cotas, identificando sua composição efetivamente social e não meramente econômica. Em que os pais desses alunos trabalham? Que tipos de composição por gênero e raça observamos nas famílias? Há relações entre carências financeiras e marcadores identitários? Qual o número de familiares? Estas e outras perguntas partem do princípio de que classe social envolve índices socioeconômicos, escalas de prestígio e escalas de interação social (SCALON, 2004) pensadas, em nosso caso, em termos de antecedentes sociais materializados e nas experiências de vida que os estudantes reportam.

Enquanto Neri (2008) e órgãos como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos) baseiam a ideia de classe exclusivamente segundo o *rendimento familiar*, e a ABEP (Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa) leva em conta o consumo e a posse de itens das famílias aliados aos rendimentos observados nas famílias; o que propomos aqui é explorar ainda, em conjunto a esses aspectos, a estrutura familiar e de moradia, o número de familiares e as formas de acesso à escola, bem como os índices socioprofissionais e educacionais não somente do chefe do domicílio. Isso faz parte de um alargamento de visão inspirado, em alguma medida, nos cânones da literatura sociológica voltada à análise de classes (MILLS, 1951; WEBER, 1979; WRIGHT, 1989; GOLDTHORPE, 2000; HASENBALG, 2003), que pontuam os referenciais às visões de mundo das classes sociais como aspectos indissociáveis da constituição mesma da classe.

Desde Weber (1979), com sua clássica interseção entre política, economia e status para identificação da classe dos indivíduos num sistema de estratificação, até trabalhos mais contemporâneos (SCALON e SALATA; 2012), que pontuam níveis educacionais e de status no mercado de trabalho, classe social já não se apresenta como sinônimo de renda. É por isso que as categorias profissionais e educacionais apresentadas no questionário nos permitem construir um arranjo que defina tanto a posição ocupada pelos responsáveis desses alunos no mercado de trabalho (com seu nível de escolaridade), quanto identificar um *perfil de classe*, uma relação entre renda e ocupação/posição/status no mercado (ERIKSON, GOLDTHORPE e PORTOCARERO, 1979; SCALON e SALATA; 2012) que impactam diretamente na vida dos estudantes, seja na conformação de suas vantagens e desvantagens no campo social ou em suas identidades projetadas na escola.

Classe é também o tipo de trabalho, consumo, qualificação e prestígio reconhecido na instituição familiar. É justamente nesse sentido que, ao ampliar a noção de classe social, nos questionamos se cotistas e não cotistas diferem para além da renda, desdobrando dimensões tais como as de status, posição no mercado e estruturas familiares dos alunos. É preciso frisar também que não deixamos de pontuar desigualdades existentes segundo os marcadores de gênero e raça, que se entrecruzam em alguns casos (SMOTH, 2010, p.34).

Uma análise do público discente: cotistas e não cotistas são diferentes para além da forma de acesso?

O acesso à instituição federal é feito por meio de concurso de admissão, ora por sorteio (para ingresso no primeiro ciclo do ensino fundamental), ora por prova (para ingresso a partir do segundo ciclo, 6º ano e ensino médio). Na realização do concurso de alunos, há a opção pela modalidade de cotas⁵, que disponibiliza parte de suas vagas para alunos oriundos da rede pública com determinadas condições de renda e também através da autodeclaração de cor. A amostra dos alunos cotistas analisada aqui (108 alunos) agrupa discentes que se matricularam por meio da “cota social”, “ambas as cotas [racial e social]” e “cota racial”, tendo esses alunos a obrigatoriedade de serem “oriundos de escola pública”. Segundo o edital de matrículas do Colégio Pedro II:

Cota por renda = “1.1 Do total das vagas reservadas de que trata o subitem 1.2, 50% (cinquenta por cento) serão reservados aos candidatos com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário mínimo per capita. 1.7 O responsável legal

⁵ Cunha (2014) dedica em seu trabalho uma análise sobre a implementação do sistema de cotas no Colégio Pedro II. Desde 2005 são reservadas 50% das vagas para alunos oriundos da rede pública municipal e estadual e desde 2012 regulamentou-se junto com os demais institutos federais de educação as cotas para pretos, pardos e indígenas.

do candidato que deseje concorrer às vagas discriminadas no subitem anterior deverá declarar essa condição no ato da inscrição do candidato, devendo comprová-la na data de matrícula estabelecida por meio de documentação constante do Anexo III e de conformidade com o item 8.3. desse Edital, caso haja convocação do candidato.”

Cota racial = “1.7. Do total de vagas reservadas de que trata o subitem 1.6, será reservado, proporcionalmente, o correspondente à aplicação do índice relativo à soma de pretos, pardos e indígenas (PPI) da população do Estado do Rio de Janeiro, segundo o último Censo Demográfico divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. 1.7.1. A opção de candidatos às vagas discriminadas no subitem anterior será feita por declaração de responsável legal do candidato, no ato de inscrição. 1.7.2. O candidato que concorrer as vagas destinadas a pretos e pardos, caso seja aprovado, antes da matrícula, passará pela avaliação de uma Comissão especialmente criada para este fim, que verificará a veracidade da declaração prestada, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal.”

Do total de alunos entrevistados pelo questionário (628), 16,6% é composta de alunos cotistas (108 estudantes), e dentro desse universo amostral, 8,8% é composto de alunos cotistas por renda; 5,5% é composto da modalidade “ambas as cotas” e 2,3% é composto de cotistas por cor. Vale salientar o fato de que muitos alunos relataram não lembrar ou saber qual tipo de cota utilizaram para ingresso na instituição, tendo apenas a certeza de que foi por essa modalidade de acesso. Por isso optamos por trabalhar com as três formas de acesso por cota conjuntamente, além de, justamente por isso, ampliar a margem quantitativa dessa amostra.

Antes, é necessário esclarecer que não necessariamente um aluno pardo ou negro se matricula na instituição por meio dessas cotas, tendo sido observado na base de dados que muitos alunos que se auto identificam como um ou outro não necessariamente se matricularam por meio de cotas que envolvam a cor. É preciso também relatar aqui que este é um projeto ainda em andamento, e que os resultados apresentados nesse artigo fazem parte de uma série de outras análises passíveis de serem realizadas com o desenvolvimento do projeto – aplicação de mais questionários e mudança do público discente, mediante novos ingressos na instituição. A análise detalhada dos dados se apresenta a seguir.

A) Alunos cotistas:

Numa análise de alguns aspectos gerais quanto a área de moradia e estrutura dos lares desses alunos, a maior parte dos alunos cotistas vive em casas próprias na Zona Norte do Rio de Janeiro, tal como os alunos não cotistas. De fato, este parece ser um padrão geográfico: o CPIO de São Cristóvão parece ser um local de atratividade para os moradores de toda a cidade do Rio de Janeiro e outras cidades de sua Região Metropolitana. O mapa elaborado pelo projeto “Mapeando Meus Colegas” (Figura 1) evidencia a grande capacidade de atração de discentes pela instituição de ensino dentro do contexto urbano da segunda maior cidade do país.

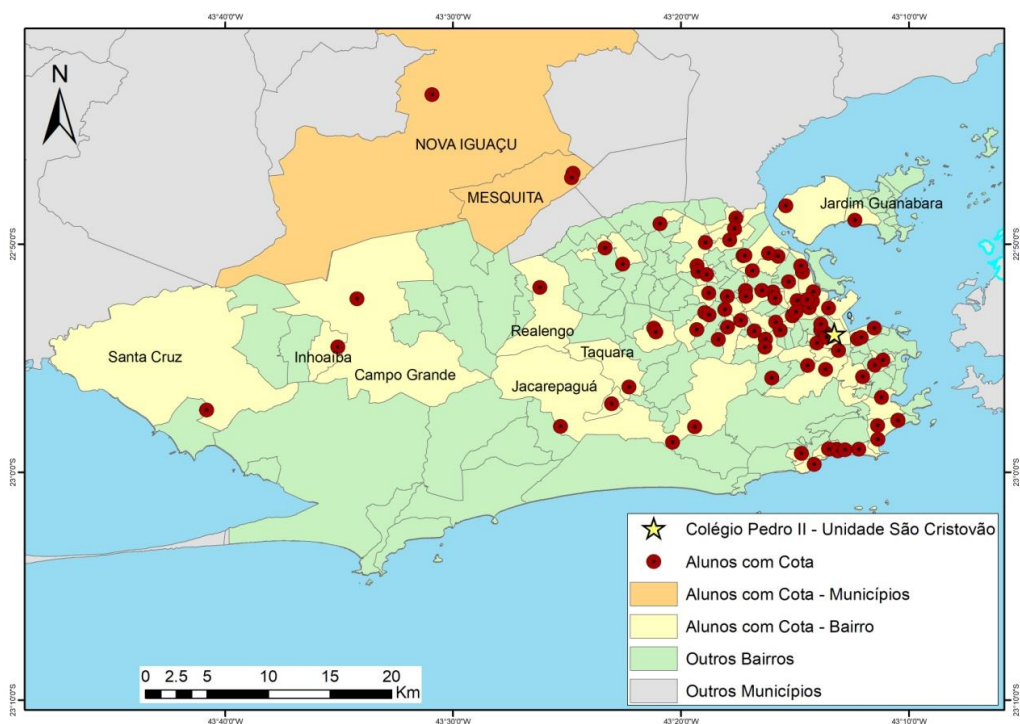


Figura 2- Mapa referente à localização e distribuição dos alunos cotistas. Fonte: Scalercio e Cardoso

Seguindo os passos de Hasenbalg (2003), buscamos uma análise do “capital social familiar” que estabelece o contexto no qual o capital econômico e cultural dos pais desses alunos é facilitado ou dificultado em seu processo de transmissão. Focalizamos as condições de socialização desses jovens em seus agregados familiares, elemento considerado indispensável para um melhor ou pior resultado educacional, segundo algumas pesquisas da área de sociologia da educação. Como resultado, o “modelo de diluição” aparece como horizonte a ser levado em conta, dado que a maior parte dos alunos cotistas *vive com mais de três familiares em casa*, e não necessariamente dispõe de uma estrutura de moradia que os permitam realizar atividades escolares em condições ideais (como espaços de privacidade, tais como quartos ou escritórios). Esse é um aspecto importante a ser levado em conta, dado que o acesso a “cota social” tem a ver com a *renda per capita*: quanto maior o número de indivíduos que moram na mesma casa que esses alunos, maior a possibilidade deste aluno estar incluído nessa modalidade.

Contabilizamos que 21,5% dos alunos cotistas tem cinco ou mais indivíduos morando na mesma casa; outros 34,6% residem em casas com quatro indivíduos – contando com o aluno. Somente com essas duas proporções percebemos que, somadas, apontam que a maior parte dos alunos cotistas tem uma quantidade considerável de pessoas habitando a mesma casa (cerca de 55% de toda a amostra habita casas com três ou mais familiares), dispondo na maior parte

somente de dois quartos (58,6%). Isso é inclusive acima da média nacional de 2,6 indivíduos por família, como divulgado pelo IGBE 2010.

Ainda sobre os alunos cotistas, pode-se dizer que 42% deles tem sua residência localizada em “área de favela”, percentual maior que o total de alunos do *campus*, que é de aproximadamente 25%. A maior parte é parda, contando-se 45% do total de residentes destas áreas, seguidos por negros (30%) e brancos (25%). Dentro deste mesmo universo amostral, mais da metade tem residência própria (66%), e cerca de 93% dos alunos que relataram sofrer com problemas de abastecimento de água são justamente moradores dessas áreas. Há que se falar também na alta taxa de frequência da resposta “problemas com segurança” com relação ao aspecto negativo do bairro, com 83% de todas as respostas apontando nessa direção⁶. Aqueles que moram na Zona Sul relatam, quando não a violência e os sujeitos criminais, o “alto custo de vida” como aspecto negativo do bairro – vale lembrar que 34% dos alunos que relataram morar na Zona Sul tem o imóvel “cedido”, quando não são moradores de “área de favela”.

Pensando agora algumas dimensões diretamente relacionadas ao consumo das famílias de alunos cotistas⁷, algumas respostas do questionário nos direcionam diretamente a ele da seguinte forma: quando pensamos no acesso à internet, por exemplo, 94,5% dos alunos cotistas disse possuir acesso à internet em sua residência, sendo que os outros 6,5% tem apenas o celular como meio de acesso (percentual composto principalmente por alunos negros). Ainda em relação aos gastos fixos dessas famílias, cerca de 42% dos alunos tem pais que possuem carros (o que inclusive serve de meio de transporte para esses estudantes) e a maioria possui somente um automóvel (93,5%).

Constatou-se que apenas 10% dessa amostra dos alunos cotistas já viajou alguma vez para o exterior. Destes, os responsáveis possuem pelo menos ensino médio completo (quando não doutorado e mestrado), tendo como fonte de renda empregos formais ou emprego no funcionalismo público. Outro aspecto interessante a destacar se relaciona com a contratação de

⁶ Nessa categoria foram consideradas outras adjetivações tais como “milícia”, “tráfico”, “violência” e “área de assalto”.

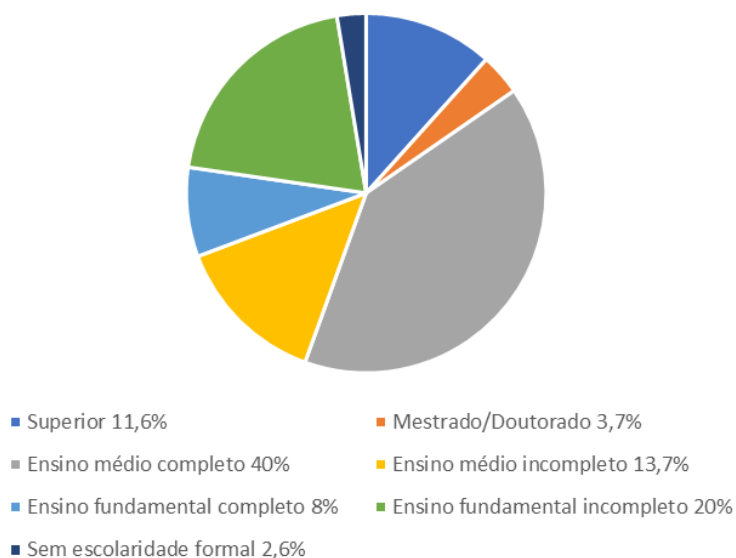
⁷ Esta também é uma dimensão importante na análise, não apenas para fins de investigação quanto ao que a família desses jovens tem acesso, mas também para depurar ainda mais o conceito de classe demarcado pela pesquisa: Segundo Burke (2008) a grande diferença entre Weber e Marx quanto a definição de classe estaria no fato de que o primeiro analisa o grupo de status identificado também pelo consumo, enquanto o segundo se ateu apenas à esfera da produção. Isso quer dizer que, além da mera renda bruta das famílias, pensar o consumo também é importante na definição de classes, tanto no que se refere as percepções de desigualdade quanto às percepções da identidade de classe nas próprias famílias. Para uma discussão mais detalhada sobre o assunto, ver Scalon (1999) e Scalon e Oliveira (2012).

serviços domésticos, pois apenas 7,6% do total de alunos diz contratar com frequência esse tipo de serviço, no entanto, a quase totalidade das famílias dos alunos que declaram utilizar esses serviços tem como responsável principal ou secundário alguém aposentado/pensionista.

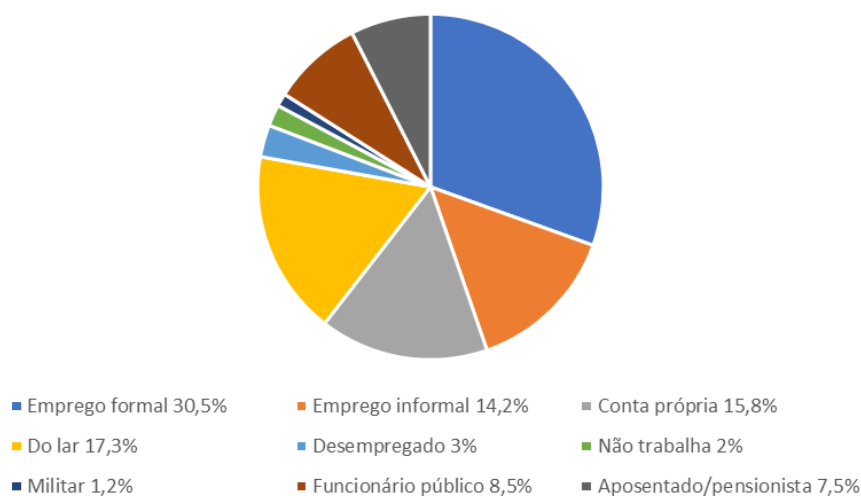
Atentando-se agora para a estrutura familiar desses jovens, 77% dos estudantes apontam a mãe como principal responsável – isso se justifica por 1) ocupação com o lar (trabalhadoras domésticas) ou 2) postos de trabalho que exigem menor qualificação e tem menos crédito no que se refere a status/renda/mercado se comparado aos companheiros. Já os pais, que aparecem como responsáveis principais em 16% do total, tem essa posição justificada quando 1) tem a posição no mercado igual a das mães; 2) possuem ocupação que exige maior qualificação e são mais creditadas em status/renda/mercado. Os pais ocupam a maior parte da listagem dos responsáveis secundários (55,7%), sendo que quase 18% do total de células não apontam respostas ou parentes nesta posição (ou seja, são famílias monoparentais). Dessa forma, pode-se dizer que um pouco mais da metade da amostra convive com mais de três familiares em casa – variável importante ao se pensar os gastos familiares; ao mesmo tempo que quase 20% dos alunos cotistas tem somente um familiar, cujo índice socioprofissional varia entre o emprego formal e o emprego informal. Isso indica que os gastos familiares ou estão muito dispersos, por conta do número de familiares, ou são de responsabilidade de apenas um indivíduo, dependendo unilateralmente de sua renda.

Quando observamos os índices socioeducacionais e socioprofissionais dos familiares desses alunos, percebemos a seguinte disposição:

Índice socioeducacional dos pais dos alunos cotistas



Índice socioprofissional dos pais dos alunos cotistas



Fonte: *Elaboração própria*

A maior parte dos responsáveis desses alunos cotistas possui ensino médio completo (40%), seguidos por ensino fundamental incompleto (20%) e ensino médio incompleto (13,7%). Se ordenarmos os indicadores socioprofissionais segundo uma amostragem que leva em conta a autodeclaração dos alunos entrevistados, formando conjuntos numéricos ordenados segundo a cor, constata-se que os pais de alunos pardos são aqueles que, proporcionalmente, mais apresentam nível de formação médio completo (50%), seguidos de brancos (28%) e negros (22%). Ao se falar de responsáveis com ensino fundamental incompleto, apresenta-se taxa de proporção praticamente igual em todas as raças. Entretanto, quando olhamos os responsáveis com nível superior completo, desponta o número de pais de brancos (65%) comparado ao de alunos negros e pardos (15% e 20%, respectivamente). Quando cruzamos os dados referindo-se ao gênero dos responsáveis, observamos que há um número maior de mães com ensino médio completo (57,5%) do que de pais (30%). Da mesma forma, contabiliza-se mais mães com ensino superior do que pais (57% e 28%), o que é revertido quando pensamos em níveis como mestrado e doutorado, onde os pais são os que possuem taxas maiores (apenas 10% dos que possuem mestrado ou doutorado são mulheres).

Outro aspecto interessante se refere às mães que são identificadas pela ocupação “do lar” e que possuem relação direta com um companheiro identificado como “pai” na pesquisa. Segundo Macedo (1979), a estrutura familiar de classe tende a manter um padrão sexual e fixo de divisão de tarefas, o que é constatado ao observarmos que 22,5% das mulheres possuem nível de formação superior aos pais, 65% tem o mesmo nível de formação que os homens, mas estas se dedicam exclusivamente ao lar. Os pais e mães que trabalham em um “emprego formal”

conformam a maior porcentagem do total da amostra dos alunos cotistas. Quando se pensa o gênero, há pequena maioria de homens nessa posição. A segunda maior atuação das mães é no trabalho doméstico (32% do total de mães realiza essa função), e a dos pais é o “autônomo” (27% do total de pais). Os únicos dados significativos quanto a cor na análise da ocupação tem a ver com a constatação da baixa porcentagem de mães ou pais de alunos negros que possuem carreiras no serviço público (10% somente).

A) Alunos não cotistas

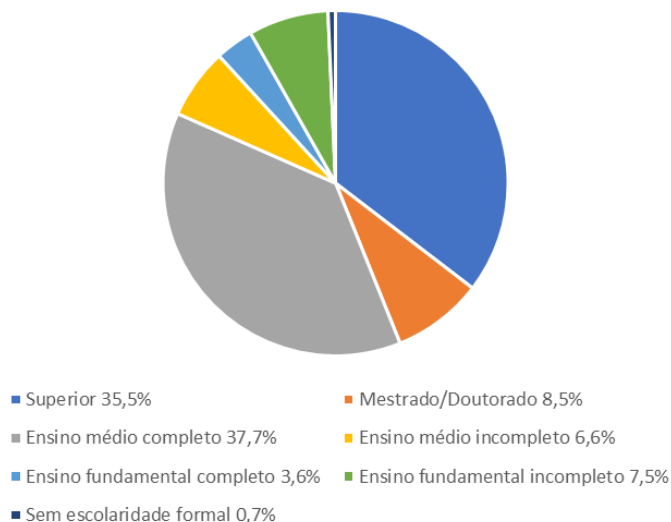
Ao analisarmos alguns aspectos gerais quanto a área de moradia e estrutura dos lares dos alunos não cotistas, que formam 82,5% (518 estudantes) do universo de questionários respondidos, tal como já apontado, a maior parte se encontra na zona norte da cidade, sendo que a maioria vive em casa própria (75,5%). Contando-se com o aluno, a maior parte vive com mais duas pessoas em casa (no geral, pai e mãe, formando-se 41%) sendo comparativamente mais baixa a porcentagem do alunado pesquisado que tem quatro pessoas ou mais em casa (21%), sem contar com o aluno. O que muda de forma relevante é não somente o número de alunos que possuem apenas dois parentes em casa, mas também o número de quartos, dado que apesar de casas com dois quartos ainda serem a maioria observada (43%), a taxa de casas com 3 quartos (35%), 4 quartos ou mais (15,6%) é proporcionalmente maior quando comparada a estrutura das moradias dos alunos cotistas.

Cerca de 20% desses alunos alegam viver em “área de favela”, e quase (novamente) 90% dos alunos que alegam ter problemas com abastecimento de água vivem nestas localidades, tendo sido a violência apontada como o grande problema a ser considerado no tópico do questionário quanto ao aspecto negativo do bairro. Há que se falar que o número de moradores da zona sul também apresenta uma cota similar de alunos que vivem em imóveis cedidos.

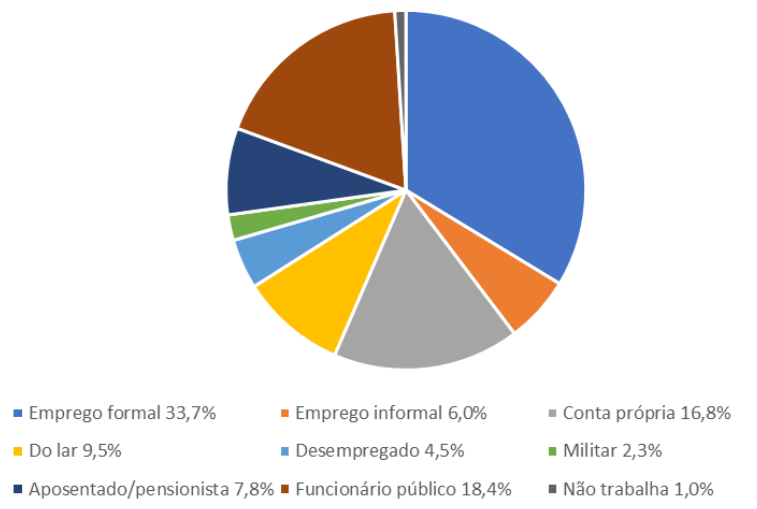
Quando pensamos no consumo dessas famílias, 23,7% dos alunos relatam contratar serviços de trabalho doméstico, onde o número é proporcionalmente maior quando comparado aos alunos cotistas e não se verifica uma correlação entre a ocupação de aposentado/pensionista e utilização do serviço, como anteriormente. É interessante alçar aqui a percepção de Scalón e Salata (2012, p.395) quanto à forte repulsa da classe média com relação ao trabalho manual e a tudo o que o estrutura (como os elevadores de serviço, quartos de empregada etc), e que, ao menos em nossa amostra, torna evidente que a contratação desse tipo de serviço é muito maior quando relacionada aos alunos cotistas e, portanto, muito mais passível de ser um elemento importante na estruturação da identidade de classe desses alunos.

Há que se falar também que 73% dos alunos nunca saiu do país, e que o número de estudantes que já viajaram para o exterior (27%) não é proporcionalmente tão superior quando comparado aos cotistas, não se diferenciando o nível educacional dos responsáveis por esses alunos (tendo a maioria, no mínimo, ensino médio completo). Apenas 5% alunos relatam não possuir acesso à internet em suas moradias e, novamente, é considerável a correlação existente entre a cor dos alunos que se encaixam nessa categoria (a quase maioria é negra). Uma diferença significativa aparece quando falamos do uso e posse de automóveis dessas famílias: enquanto os cotistas apontavam no máximo um automóvel, aparecem na amostragem dos alunos não cotistas número significativo de famílias em posse de dois automóveis (17%) ou mais carros (33%), apesar da posse somente de um carro ser também relevante para a amostra (50%). Chama a atenção que o número de alunos que relataram não possuir carros é consideravelmente menor quando pensamos o mesmo tipo de respostas dentro da amostra dos alunos cotistas. Ao olharmos os índices socioeducacionais e socioprofissionais, temos a seguinte disposição:

Índice socioeducacional dos pais dos alunos não cotistas



Índice socioprofissional dos pais dos alunos não cotistas



Fonte: Elaboração própria

Pautando-se a estrutura familiar, percebe-se que as mães, novamente, aparecem como as principais responsáveis (74%) e os pais como os responsáveis secundários (61%). Proporcionalmente, encontramos um maior número de desempregados nessa amostra (9%), com um total de 35% desse percentual de desempregados sendo composto por responsáveis com mestrado ou nível superior. Nos gráficos seguintes, detalhamos os níveis socioeducacionais e socioprofissionais dos pais desses alunos.

As mães que se dedicam ao lar, aqui, têm ou igual formação aos maridos (40%) ou nível de formação inferior (36%), panorama novamente muito diferente das relações familiares dos alunos cotistas. As mulheres apresentam, entretanto, maior nível de formação que os homens – seja nas categorias ensino superior (52,2% do conjunto de responsáveis que compõe a categoria é formada por mulheres) ou mestrado e doutorado (53%). Mobilizar aqui Bourdieu (1995) é particularmente interessante, dado que, segundo o autor, a entrada das mulheres no mercado de trabalho provocou um deslocamento das fronteiras entre a casa e trabalho, sem conseguir anulá-las totalmente: percebemos que tanto as mães de alunos cotistas quanto não cotistas são numericamente mais escolarizadas que os pais, possivelmente indicando um estrutura temporal de relações sociais na qual à mulher cabe a formação, e ao homem o espaço do trabalho e da inserção no mercado para prover o lar. Entretanto, no grupo de alunos não cotistas em específico, é nítido que os homens têm em geral maior nível de formação que as mulheres que se dedicam ao lar.

Já ao pensarmos nas dimensões do trabalho, o emprego formal e trabalho no funcionalismo público sobressaem nessa amostra (66% e 36%, respectivamente). Logo atrás apresentam-se os

“autônomos” (32,8%), o que é bem diferente no que se refere a maioria de empregados formais e informais que se apresentam como a principal ocupação dos pais dos alunos cotistas. As mães estão ocupadas principalmente com o emprego formal (29%) e com o funcionalismo público (20%), enquanto os pais ocupam mais posições no emprego formal (31,8%) e como autônomos (18,8%).

Estudantes, familiares e classe

A política de cotas, pelo que foi visto, se baseia na distribuição da renda per capita do valor de R\$1405,05. Mas, como trabalhamos anteriormente, somente a renda e o consumo “não retratam, necessariamente, mudanças na composição das classes e muito menos no que diz respeito às desigualdades nas chances de vida” (SCALON e SALATA, 2012, p.388). Tanto a ocupação dos indivíduos, os aspectos educacionais ligados a ela e a composição familiar são aspectos importantes na definição de classe, permitindo compreender homogeneidades e diferenças entre os grupos de cotistas e não cotistas para além do aspecto estritamente econômico. Isso porque, ao repararmos que os alunos cotistas também têm pais no funcionalismo público (8,5%), por exemplo, e que possuem responsáveis com mesma formação e ocupação que os alunos não-cotistas, a ocupação e o nível de formação, isoladamente, não constituem fatores explícitos das identidades de classe. Fora necessário buscar correlacionar a ocupação com a quantidade de indivíduos em casa, percebendo-se que a grande parte dos alunos cotistas possui quatro ou mais indivíduos compondo o mesmo núcleo familiar. Quando não, apresenta-se a monoparentalidade como aspecto relevante desse conjunto.

Queremos dizer com isso que, se consumo e renda são aspectos importantes de serem levados em conta para uma análise da estratificação de classes, bem como a ocupação no mercado e o tipo de trabalho, a variável *número de familiares* se mostra importantíssima aqui, muitas vezes fazendo com que alunos de uma mesma faixa de renda, pais com trabalhos e níveis educacionais similares experimentem realidades muito distintas. Entre renda familiar e renda per capita existe uma diferença significativa: como já apontava Hasenbalg (2003, p.72), os rendimentos característicos da distribuição de renda são muito diferentes dos níveis reais de bem-estar das famílias, a depender muito da composição das mesmas. Uma vez que estamos lidando com o grau de percepção dos próprios alunos quanto as suas realidades, parece haver a possibilidade de que o status do trabalho dos pais não seja materialmente incorporado ao estilo de vida desses estudantes por conta de dada estruturação familiar, o que pode revelar percepções

sobre desigualdades (SCALON e OLIVEIRA, 2012) muito distintas quando deixamos de olhar apenas a ocupação, bens e a renda das famílias.

Como vimos, cotistas e não cotistas tendem a se diferenciar também no que se refere à posse de automóveis e contratação de serviços domésticos. Existe uma diferença considerável quanto a estrutura de moradia desses alunos, bem como a quantidade de estruturas familiares nucleares ou com número considerável de parentes como aquela contabilizada na amostra dos alunos não cotistas. Para além disso, constata-se também que os níveis socio-ocupacionais dos pais de alunos não cotistas tendem a apresentar ocupações ainda assim diferentes quando relacionadas aos de alunos cotistas, caracterizadas – segundo esquema desenvolvido por Erikson, Goldthorpe e Portocarero (1979) e adaptado por Scalon e Salata (2012) à realidade brasileira – de forma a pontuar a posição dentro do mercado e o tipo de contrato de trabalho; majoritariamente entre “profissionais e administradores” (funcionários públicos) e entre “trabalhadores não manuais de rotina” (emprego formal e de conta própria). Já os alunos cotistas apresentam também as ocupações de “trabalhadores não manuais de rotina” em escala considerável, conjuntamente a de “trabalhadores não qualificados” (trabalhadores informais e trabalhadoras do lar).

A partir daí, observa-se que o padrão ainda se mantém se pensarmos nas taxas de escolaridade, em que alunos não cotistas apresentam, no geral, pais mais escolarizados. Porém, quando algumas células do grupo de alunos cotistas fogem ao padrão dos índices educacionais e profissionais intermediários, o número de filhos aparece como variável discreta importante a ser levada em conta, reconfigurando-se o perfil de classe.

São também reconhecíveis alguns aspectos relativos ao gênero e a divisão sexual do trabalho na vida familiar desses jovens, que em graus maiores ou menores, apresentam a figura da mãe como a trabalhadora do lar e a do pai como o desempregado ou provedor. Não somente, as mulheres apresentam-se mais escolarizadas que os homens em ambas amostras, ainda que ocupem posições distintas no mercado de trabalho a depender das relações instituídas no seio familiar. Outra similaridade entre os alunos cotistas e não cotistas tem a ver com o medo da violência, onde o fantasma da violência (MISSE, 2003) é reconhecido quase que na mesma proporção entre os alunos, tal como a carência com relação ao abastecimento de água que assola indistintamente todo aquele que relata ser morador de uma “área de favela”. O reconhecimento de classe, muito relacionado ao local de moradia pelos jovens no Rio (SCALON e OLIVEIRA; 2012), pode apresentar uma outra forma de habitar a sociabilidade desses estudantes, dado que

são poucos os que moram na zona sul e a grande maioria encontra-se na zona norte – ainda que possuindo renda, posses e estruturas familiares similares aos não moradores da região.

Considerações Finais

Para além desses aspectos voltados especificamente à resultantes analíticos, esperamos que este tenha sido também um resultante metodológico no que se refere ao trabalho conjunto entre o olhar do sociólogo (que pensa a atuação dos marcadores sociais nas relações entre os indivíduos) e o olhar geográfico (que os dispõe e relaciona no espaço). Apresentamos aqui a cartografia como instrumento geográfico e a relação e seleção de variáveis como instrumento do saber sociológico.

A partir da análise de nossa amostra, estudantes cotistas diferem dos não cotistas principalmente no que diz respeito aos do número de familiares em casa e estrutura das moradias. O padrão da distribuição espacial das residências não se mostrou diferente, ainda que tenha percentual um pouco maior de alunos cotistas que vivem em áreas consideradas “favelas”. Há que se falar também que o tipo de ocupação dos pais ainda é um diferencial a ser levado em conta. Para além da afirmação de que a instituição de ensino tem se mostrado comprometida com a promoção da equidade por meio da efetivação de políticas de acesso, gostaríamos também de encerrar esse trabalho com alguns apontamentos que visem um diálogo direto com a comunidade escolar (FONTANIVE; 2013), principalmente no que se refere ao ensino de Sociologia.

A representação social da violência (MISSE, 2008), a segregação socioespacial e o medo da marginalidade nas apreensões de mundo desses jovens, captadas pelo questionário e apresentadas como recorrentes indistintamente entre cotistas e não cotistas, devem ser entendidas enquanto temas e abordagens de enorme potencialidade pedagógica. Estes constituem aspectos da realidade vivida dos alunos e cabe a escola oferecer conceitos, teorias e espaço de debate para que se possa instrumentalizar o conhecimento escolar em prol de um entendimento amplo da realidade social por eles vivida, tornando o aprendizado de fato significativo (BORDENAVE e PEREIRA, 1977). Não somente, gênero e divisão sexual do trabalho aparecem também como pontos potencialmente significativos, principalmente quando aliados a uma investigação que permita aos próprios alunos compreender suas relações familiares e a divisão sexual do trabalho, o seu lugar no mundo e os papéis que desempenham nele (PERROT, 2005, p. 458).

Por fim, longe de esgotar as possibilidades de análises e correlações que o levantamento e mapeamento do corpo discente tem nos suscitado, cabe ressaltar que esta pesquisa se debruçou sobre alguns dos componentes que estruturam a realidade familiar dos discentes da escola, pontuando que enxergar a escola como produtora de conhecimento e conhecer melhor a comunidade escolar e a realidade social desses jovens são dois dos pilares fundamentais da análise aqui apresentada.

Referências bibliográficas

- BRAH, Avtar. “Diferença, diversidade, diferenciação” In: Cadernos Pagu. Campinas, n. 26, pp. 329-376, 2006.
- ANDERSEN, Margaret; COLLINS, Patrícia. Race, Class, & Gender: An Anthology. Nova Iorque; Wadsworth Publishing, 2009
- ALVES, M. T. G.; FRANCO, C. “A pesquisa em eficácia escolar no Brasil: evidências sobre o efeito das escolas e fatores associados à eficácia escolar”. In: BROOKE, N.; SOARES, J. F. (Org.). Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008
- ALVES, M. T. G.; SOARES, J. F.; XAVIER, F. S. “Índice socioeconômico das escolas de educação básica brasileiras”. In: Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 22, n. 84. p. 671-703, 2014
- BASTOS, Priscila da Cunha. “Política De Cotas No Colégio Pedro II: Iniciando o Debate”. Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014, ISSN 2316-266X, n.3, v. 17, p. 20-38.
- BEATON, A.; ALLEN, N. “Interpreting scales through scale anchoring”. In: Journal of Educational and Behavioral Statistics, v. 17, n. 2, p. 191-204, 1992.
- BORDENAVE, Juan D.; PEREIRA, Adair M. Estratégias de Ensino Aprendizagem. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.
- BURKE, Peter. “Modernidade, cultura e estilos de vida”. In: BUENO, Maria; CAMARGO, Luiz O. Cultura, Consumo e Estilos de vida na contemporaneidade. São Paulo: Senac, 2008.
- CHARON, Joel M.; VIGILANT, Lee G. Sociologia. São Paulo: Saraiva, 2012
- CIZEK, G. J. Setting performance standards: concepts, methods, and perspectives. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 2001.
- COLEMAN, J. S. et al. Equality of educational opportunity. Washington, DC: Department of Health, Education and Welfare, 1966.
- COSTA, António Firmino; MACHADO, Fernando Luís; ALMEIDA, João Ferreira. “Estudantes e amigos: trajetórias de classe e redes de sociabilidade”. In: Análise Social, XXV (105-106). 1990
- COSTA, António F. Classificações sociais. Portugal: Leituras, 1998.
- DUBET, François; DURU-BELLAT, Marie; VÉRÉTOUT, Antoine. “As desigualdades escolares antes e depois da escola: organização escolar e influência dos diplomas”. In: Sociologias. Porto Alegre, ano 14, no 29, p 22- 70, jan/abr. 2012
- ERIKSON, R. GOLDTHORPE, J. H. PORTOCARERO, L. “Intergenerational Class Mobility in Three Western European Societies”. In: *British journal of Sociology*, n. 30, 1979, p. 415-441.
- FONTANIVE, N. S. “A divulgação dos resultados das avaliações dos sistemas escolares: limitações e perspectivas”. In: Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ., v. 21, n. 78, p. 83-100, 2013.
- FORQUIN, J.C. Sociologia da Educação: dez anos de pesquisa. Petrópolis, Vozes, 1995.

- FRIGOTTO, G. “Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional”. In: GENTILI, P. (Org.). *Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GOLDTHORPE, John H. “Social Class and the Differentiation of Employment Contracts”. In: GOLDTHORPE, J. *On Sociology: numbers, narratives, and the integration of research and theory*. Oxford University Press, 2000.
- GOMES, Paulo César da Costa. “Geografia fin-de-siècle: o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões”. In: CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato & GOMES, Paulo César (orgs.). *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, pp. 13-42. 1997
- GRUSKY, D. *Social Stratification: Class, race and gender in Sociological perspective*. Stanford, Westview Press, 2008
- HASENBALG, C. “A distribuição dos recursos familiares”. In: HASENBALG, C; VALLE SILVA, N. *Origens e Destinos*. Rio de Janeiro, TopBooks. 2003
- MACEDO, Carmen. *A reprodução da desigualdade: um projeto de vida familiar de um grupo operário*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- MILLS, C. W. *White Collar*. New York: Oxford University Press, 1951.
- MISSE, Michel. “Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro”. In: *Civitas*, Porto Alegre, v.8, n.3. 2008
- NERI, M. *A Nova Classe Média*. Rio de Janeiro: CPS, 2008
- PERROT, Michelle. “Público, privado e relações entre os sexos”. In: *As mulheres e os silêncios da história*. Bauru: Edusc, 2005.
- SALM, C. *Escola e trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- SCALERCIO, Vitor; CARDOCO, V. F. “A Iniciação Científica Junior e o mapeamento da comunidade escolar do Colégio Pedro II (CP2) como proposta de pesquisa e de desenvolvimento do pensamento espacial” In: *X Colóquio de Cartografia para crianças e escolares*. USP, 2018
- SCALON, Celi. *Mobilidade Social no Brasil: padrões e tendências*. Rio de Janeiro: TopBooks, 2003.
- SCALON, Celi. *Imagens da desigualdade*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2004.
- SCALON, C.; SALATA, A. “Uma nova classe média no Brasil da última década? O debate a partir da perspectiva sociológica”. In: *Sociedade e Estado (Unb)* v27, n.2, p.308-407. 2012.
- SMOOTH, R. “Intersectionalities of race and gender and leadership”. In: O’CONNOR, K. *Gender and Women’s Leadership: A reference handbook*. London: Sage. 2010.
- SOARES, J. F. “Melhoria do desempenho cognitivo dos alunos do ensino fundamental”. In: *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, p.135-160, 2007.
- SOARES, J. F. et al. *Exclusão intraescolar nas escolas públicas brasileiras: um estudo com dados da Prova Brasil 2005, 2007 e 2009*. Brasília: UNESCO, 2012. (Série debates Ed).
- TAVARES JÚNIOR, F. “Tendências históricas e perspectivas para o rendimento educacional no Brasil”. In: *Teoria e Cultura*, v.10, p.104. 2015
- TAVARES JÚNIOR, F. et al. “Indicadores de fluxo escolar e políticas educacionais: avaliação das últimas décadas”. In: *Estudos em Avaliação Educacional*. São Paulo, v.23, p.48-67, 2012
- UNESCO. “Desigualdades de aprendizado entre alunos das escolas públicas brasileiras: evidências da Prova Brasil (2007 a 2013)”. In: *Serie Debates ED: educação; Vol.:5; 2017* Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0026/002606/260630por.pdf>
- VARGAS, Michelle L. F. “Estudos sobre o funcionamento do sistema de ensino: da reprodução das desigualdades sociais ao efeito escola.” In: *Cadernos de Educação*. Pelotas [32]: 105 - 122, janeiro/abril. 2009

WEBER, Max. “Classe, Estamento e Partido”. In: GERTH, H; MILLS, W. Ensaio de Sociologia, 1979

WRIGHT, E. O. The Debate on Classes. London: Verso, 1989.